

Seplan quer mudanças

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, segunda-feira, 17 de abril de 1989 5

na lei orçamentária

Rio — A Secretaria de Planejamento (Seplan), está preparando uma "bomba" a ser entregue, no próximo ano, para prefeitos e governadores. Pela lei de diretrizes orçamentárias, em elaboração na Seplan, os Estados e municípios seriam autorizados a rolar, em 1990, apenas 80 por cento do total de suas dívidas externas já vencidas. Este ano, o Governo tentou limitar a rolagem a 75 por cento e foi derrotado no Congresso Nacional, devido à oposição dos prefeitos e governadores. Assim, a rolagem autorizada chegou a 92 por cento.

Na opinião do secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, Jorge Hilário Vieira, a posição do Governo sobre este assunto é um tanto precipitada e totalmente inadequada. Acrescentou ter certeza absoluta que mais uma vez prevalecerá o bom senso dos membros do Congresso, que certamente não concordarão com o percentual de rolagem da dívida externa dos estados e municípios proposto pela Seplan. A seu ver, tal patamar continuará a ser os mesmos 92 por cento aprovados no Congresso e que evitou muitos estados e municípios da falência geral.

Segundo Jorge Hilário de Gouveia Vieira, os Estados e municípios já estão contribuindo com muito sacrifício com a "política maluca" que o Governo Federal vem adotando no combate à inflação. Enfatizou que com a desculpa de estar contendo os gastos como forma de inibir a escalada inflacionária, o governo cortou o fornecimento de importantes recursos para o andamento normal das atividades dos estados e municípios.

MELHORA

Para o secretário de Fazenda do Rio de Janeiro, o fato de os Estados e municípios estarem se beneficiando da entrada de novos recursos advindos da cobrança de impostos criados com a nova Constituição, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), não melhorou em nada a situação. Na verdade, destacou, os recursos gerados com a cobrança dos novos impostos, estão somente compensando as receitas que o governo federal vem deixando de repassar aos Estados e municípios, nos últimos tempos.

De acordo com Jorge Hilário de Gouveia Vieira, a demagogia do governo federal insistindo em dizer que os estados e municípios têm condições de arcar com o pagamento de 20 por cento de suas dívidas externas —

que segundo estimativas, bate nos aproximados US\$ 3,2 bilhões, somente no Rio de Janeiro — é incoerente. "Antes de se preocupar com isso, a Seplan deveria criar mecanismos eficazes de combater a inflação, o que até agora não foi feito", arrematou.

Já o secretário de Fazenda do município do Rio, Eduardo Chuahy, se mostrou surpreso quando tomou ciência da existência do projeto que vem sendo elaborado pela Seplan. No entender de Chuahy, todo mundo tem que pagar o que deve, mas dentro de condições viáveis. Acrescentou que hoje o município do Rio de Janeiro estaria totalmente sem condições de se enquadrar nos planos do governo, uma vez que a atual administração "foi presenteadá" com uma herança de dívidas do governo anterior.

Eduardo Chuahy revelou que a dívida original do município do Rio de Janeiro alcança 170 milhões de dólares sendo 150 milhões de dólares contraídos na administração de Israel Klabin e 20 milhões de dólares destinados para obras do metrô. Atualizados estes valores, Chuahy afirmou que eles correspondem a aproximadamente 400 milhões de dólares descontadas as parcelas e os juros pagos pelo Banco do Brasil, nos últimos anos. "Isto representa nada menos do que duas vezes a receita mensal da Prefeitura do Rio", argumentou.

O ex-secretário de fazenda do Rio e atual presidente do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), Carlos Von Doellinger, disse não estar acompanhando de perto o problema da rolagem das dívidas externas dos estados e municípios. No entanto, não descartou a viabilidade dos estados e municípios terem condições de assumirem uma rolagem de apenas 80 por cento de seus débitos. Afinal, segundo ele, mais recursos estão entrando nos caixas tanto dos estados e municípios provenientes da cobrança de novos impostos. "Por isso, então, a necessidade de uma análise mais profunda da questão", enfatizou.

DORNELLES

O economista e deputado federal Francisco Dornelles se esquivou em comentar a lei de diretrizes orçamentárias que vem sendo conduzida pela Seplan. Segundo Dornelles, "tudo ainda são hipóteses; e se comentar sobre hipóteses é bastante incoerente". Acrescentou que tem mantido contatos estreitos com o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, e nada se comenda sobre o assunto.